Em que momento a correção vira erro e o erro passa a ter lógica?

Você já viu alguém escrever “premeado” no lugar de “premiado”? Ou “interessante” quando deveria ser “interessante”? Esses casos não são simplesmente erros de escrita, são sinais de um fenômeno linguístico denominado de **hipercorreção**, muito comum na passagem da fala para a escrita.

A hipercorreção acontece quando uma regra aprendida como correta é aplicada em contextos em que ela não deveria. Ou seja, na tentativa de escrever da melhor forma possível, com tudo correto, acontece a correção ampliada, e o que era para suprir um possível erro acaba gerando outro.

Por exemplo, uma pessoa aprendeu que, na maioria das vezes, o som [i] produzido nas palavras, na verdade, corresponde à letra “e” na escrita. Logo, ela tende a corrigir essas palavras e, se ela fala “impregada”, agora sabe que na escrita é “empregada”, mas também passa a escrever “bequíne”, ao invés de “biquíni” (tal qual na fala). Ocorreu, então, uma hipercorreção.

Imagine que essa mesma pessoa aprendeu também que a letra “o” é pronunciada como [u] em muitas palavras. Dessa forma, ao escrever a palavra “buraco”, ela pode aplicar essa regra e gera-se uma nova forma: “boraco”.

Essas hipercorreções são baseadas na percepção de padrões sonoros da fala cotidiana e em tentativas de ajustá-los à norma escrita. Quando alguém escreve “premeado” ou “interessante”, está aplicando a ideia de que o som [i] da fala deve ser representado graficamente com a letra “e”. Da mesma forma, ao escrever “boraco” em vez de “buraco”, há uma tentativa de regularizar a escrita conforme a lógica percebida: que o som [u] costuma corresponder à letra “o”. São tentativas de seguir uma regra internalizada, mesmo que ela seja aplicada fora de contextos pertinentes.

Na fonética e na fonologia, áreas responsáveis pelos estudos dos sons da língua, entende-se que o falante percebe o som, o produz e o organiza mentalmente. Sendo assim, quando alguém realiza essas correções exageradas, está criando suas próprias hipóteses sobre a relação entre a oralidade e a escrita e sistematizando-as, ainda que inconsistentemente. E isso é riquíssimo.

A fonética cuida da parte física dos sons: como eles são produzidos pela boca, língua e cordas vocais, por exemplo, como são ouvidos e até como soam no ambiente. Já a fonologia estuda como esses sons funcionam dentro de uma língua, ou seja, como nossa mente organiza os sons para formar palavras e dar sentido à comunicação. Por exemplo, mesmo

que os sons de [i] e [e] sejam parecidos, a fonologia mostra que podemos usar cada um em contextos diferentes para mudar o significado de uma palavra - como em “peso” e “piso”.

Por outro lado, também há situações em que a troca de [e] por [i] não altera o sentido da palavra. Por exemplo, quando alguém diz “minino” em vez de “menino”, ou “denti” em vez de “dente”, o sentido da palavra permanece o mesmo, e a comunicação acontece normalmente.

Essas trocas são comuns na fala, acontecem em todas as regiões do país e não impedem o entendimento. Isso mostra que o falante está usando uma forma alternativa de pronúncia, que é perfeitamente funcional do ponto de vista da fonologia. Se a troca realmente causasse confusão no significado, ela simplesmente não se sustentaria no uso cotidiano. Ou seja, a possibilidade dessa variação prova que, para a mente do falante e do ouvinte, o som trocado ainda ativa o mesmo significado — e é por isso que essa variação ocorre com tanta frequência na fala.

Com base nisso, é possível entender por que uma pessoa pode confundir as letras "i" e "e" na hora de escrever: ela escuta um som, compara com o que já conhece e tenta aplicar uma lógica — mesmo que erre. Isso revela que ela está, de fato, pensando sobre como a língua funciona.

No âmbito da educação, é de extrema importância que o professor domine os conhecimentos dessas áreas para conseguir analisar o que está por trás desses “erros” e então transformar a correção em orientação.

Ao entender a lógica nesses processos, o profissional é capaz de auxiliar o aluno com sensibilidade, uma vez que terá em mente que a escrita não é realizada assim por preguiça ou burrice, muito pelo contrário. Isso ocorre pois o aluno está pensando na língua, pensando em como transformar os sons em letras.

Esse processo acontece quando o estudante não apenas ouve e repete os sons da fala, mas passa a refletir sobre eles, buscando entender como esses sons se transformam em escrita. Nesse processo, ele tenta criar regras internas para explicar o funcionamento da relação entre a oralidade e a escrita, mesmo que ainda não as domine por completo. Por exemplo, ao trocar “i” por “e” ou “u” por “o” na escrita, ele demonstra que está observando padrões de relação entre sons e representações gráficas. Isso indica um engajamento mental com a estrutura da língua — o aluno está raciocinando sobre o sistema linguístico, mesmo que ainda cometa desvios. Essa postura ativa e reflexiva diante da língua é um sinal de avanço cognitivo e deve ser reconhecida e incentivada como parte fundamental da alfabetização.

No contexto de sala de aula, o professor poderá elaborar atividades que ajudem a compreender essa lógica dos alunos, baseado em seus conhecimentos fonéticos e fonológicos, sem fazer o estudante pensar que seus erros são apenas erros sem explicação.

Compreendendo que esses “erros” revelam tentativas genuínas de compreender a escrita, o professor pode propor atividades que incentivem a observação e comparação entre fala e escrita. Por exemplo, ao perceber que um aluno escreveu “premeado” ou “bequíne”, o professor pode instigar a turma a investigar por que algumas palavras com som parecido se escrevem de formas diferentes. Ele pode também apresentar jogos com trocas de letras que mudam o som e o sentido das palavras, promovendo o reconhecimento das relações entre sons e grafias. Mais do que ensinar “a forma certa”, o foco é mostrar que existe uma lógica por trás da escrita — e que ela nem sempre é óbvia.

Essas práticas valorizam o raciocínio do aluno, tratam seus erros como hipóteses em construção e fortalecem a autonomia na aprendizagem. Quando o professor tem domínio sobre os sons da língua e entende como eles se organizam mentalmente, consegue criar pontes entre o conhecimento oral da criança e as convenções da escrita. Vale destacar que esse domínio, no caso do professor, é consciente e teórico — diferente do falante comum, cujo conhecimento sobre os sons da língua é intuitivo e inconsciente.

Assim, o erro deixa de ser um obstáculo e passa a ser um recurso de ensino — uma janela para enxergar o que o aluno já sabe, como pensa e como pode avançar.